

## SUCCESSÃO

Devido a contingências de espaço, três artigos deixaram de ser publicados no Jornal das Entidades. A ADUNICAMP, tendo em conta os compromissos assumidos de divulgação das matérias referentes à sucessão, entregues até 07 de novembro/85, edita o presente Boletim, no sentido de aprofundar o nosso debate. Cumpre ressaltar que aos autores foi dada a oportunidade de atualizarem seus respectivos artigos, se assim o desejassem.

### AS ESQUERDAS E A SUCESSÃO

Não há dúvida, e seria ingênuo pensar o contrário, que a direita está refazendo seus lugares a partir do momento em que conseguiu, pelo menos formalmente, desvencilhar-se do incômodo da identificação com o regime militar. Deste modo, o discurso da direita restabeleceu sua legitimidade de fortemente ameaçada pela pressão do povo. É fácil ver isso pela observação dos espaços que ela tem ocupado nos meios de comunicação e no discurso desenvolvido na campanha partidária para as eleições de prefeito. E este avanço está se dando em todos os espaços da vida brasileira e também no interior da universidade.

Na UNICAMP, como em tantas universidades, a comunidade acadêmica já expressou sua decisão de escolher diretamente o reitor. A implementação desta decisão passará, no momento, pela forma da lei vigente, mas não poderá, de forma nenhuma, desconhecer a vontade expressa da comunidade.

Posto este processo, é preciso considerar que a direita tem procurado, e vai tentar cada vez mais, valer-se da legitimidade readquirida para seu discurso e sua prática, para conseguir manter suas posições já razoavelmente ameaçadas. E, se possível, tentará avançar. Nesta perspectiva, haverá candidatos cujas histórias são claramente de direita e que procurarão apropriar-se do discurso da esquerda para construir simulacros de programa, e neles prometerá atender às reivindicações e necessidades da comunidade acadêmica e da sociedade.

Com estas e outras práticas a direita procurará, inclusive, atrair grupos de esquerda. Com esta estratégia poderá se apropriar de fragmentos de seu discurso, e, extraíndo-os de um contexto especificado, poderá até mesmo construir um programa com a falsa imagem da inatacabilidade, produzida pela falta de substantivação efetiva de propostas. E, ao mesmo tempo, silenciará a esquerda por expropriar-lhe o discurso.

Num processo real de escolha, é fundamental que as propostas de programa não sejam um mero jogo verbal, um simples alinhavo. É indispensável que o discurso dos candidatos e possíveis alianças seja questionado na sua relação com uma realidade. É necessário que haja uma efetiva consistência entre o discurso de um candidato e uma transparência razoável de sua história.

As dificuldades se acrescentam para a reflexão política na universidade porque, muitas vezes, os grupos de esquerda se enganam e desenvolvem um discurso do consenso e da necessidade de homogeneização, em lugar de procurar uma real e mais efetiva diferença de posições. E isto é reproduzir, no interior da esquerda, as práticas da direita. Este procedimento, por sua vez, pode, muito facilmente, ser o instrumento adequado para a direita mobilizar a esquerda contra a esquerda, para marginalizar os que não aderirem.

Assim, as esquerdas devem procurar não se enganar nas alianças, nem desenvolver o discurso e a prática da homogeneização, que é reprodução insidiosa do autoritarismo que exclui aqueles que se apresentam como diferentes.

A esquerda deve ser o lugar das diferenças reais que contempla desejos diversos e articula um mesmo espaço coletivo para esta dispersão.

É comum se dizer que as esquerdas são divididas. E isto se diz da esquerda no Brasil e na universidade. Eu diria que, de um certo ponto de vista, é indispensável a divisão, pois a divisão, a não homogeneidade, é uma das características efetivamente reais de uma esquerda não burocratizada.

A questão política das esquerdas é liberar-se dos padrões de comportamento da direita numa sociedade como a nossa. Segundo penso, só assim as esquerdas poderão ter claro que as alianças devem ser entre as diferenças múltiplas e não em direção a uma homogeneidade silenciadora e reprodutora de relações discricionárias.

Em relação à questão específica das universidades, gostaria de ressaltar ainda que a natureza das diferenças e das alianças no seu interior não deve se confundir com uma questão partidária. Como é comum que as pessoas sejam filiadas a partidos, que tenham preferências partidárias, é importante que estas identidades partidárias sejam somente um dos elementos que entram nas variáveis que constituem esta grande variedade que são as diferenças esquerdas na universidade. E, assim, é preciso procurar um lugar de entendimento que esteja diretamente relacionado com a especificidade da vida universitária e da sua relação com nossa sociedade.

Prof. Eduardo Guimarães  
IEL/UNICAMP

#### NÚCLEOS, CENTROS, FUNDAÇÕES: A SUTIL VIA PARA ASSEGURAR O USO PRIVADO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA.

Sem rodeios, sem meias-palavras: o que se impediu na década de setenta - a organização da universidade pública em função de uma lógica empresarial - hoje, à socapa, sorrateiramente é retomada através da criação de núcleos, centros e fundações.

Apesar da resistência conservadora tem ocorrido uma democratização, lenta e gradual, da administração e gestão da vida universitária. Redefine-se, na Unicamp por exemplo, a composição dos colegiados e congregações, os titulares perdem a exclusividade para ocupação dos cargos de coordenadores e diretores, várias formas de consulta e até eleições são instituídas para escolha dos dirigentes universitários. Os funcionários, alunos e professores de início de carreira ampliam sua representação e poder. A consolidação e aprofundamento deste processo parecia inevitável, contava com a simpatia da expressiva maioria dos docentes e correspondia ao movimento mais geral que buscava o fim do autoritarismo e construção de um Estado democrático.

A transição conservadora resultante da derrota da luta pelas eleições diretas jogou um pouco de água nesta fervura, reanimando os tradicionais DEFENSORES do MÉRITO e ampliando o questionamento da auto-gestão da universidade (vide os recentes artigos do Professor Gianotti e do Reitor da Unicamp). Atribui-se ao professor titulado maior capacidade e competência para gerir e administrar a universidade, esquecendo-se que as decisões nesse campo referem-se, são determinadas, mais por interesses do que conhecimentos técnicos especializados deste ou daquele professor. Daí o mérito da participação do estudante: aquele que não sabe ainda. De qualquer forma, hoje, a nível de Departamento e Instituto ou Faculdade consegue-se um certo grau de participação.

Nestas circunstâncias os "sabidos" sentem-se incomodados, obrigados a negociar com os contrários, a votarem e serem votados, até a discutirem seus projetos e convênios nos conselhos departamentais e congregações. E vêm em-se ainda constrangidos a discutir com alunos, com o "baixo-clero". Resumindo: um processo decisório "muito pouco ágil". Urgia encontrar-se algum canal mais moderno-ágil - e que até resolvesse a questão salarial, pelo menos a dos "sabidos": surgem os núcleos, centros e fundações.

O discurso que os justifica é belo e redondo: representariam a superação da divisão do conhecimento que a organização departamental pressupõe - a possibilidade de se organizar a pesquisa inter-disciplinar, etc. e etc.. Além de serem modernos, ágeis do ponto de vista administrativo, sem os empecilhos da empresa pública. Pura falácia...

Na realidade representam a oportunidade dos "sabidos" fugirem ao controle dos colegiados, significa a volta à cátedra: o dono do núcleo, ou o chefe da fundação decide quem contratar, o que pesquisar, que serviços prestar à comunidade, a participação no ensino se é que tem alguma; que recompensa financeira distribuir entre seus seguidores, etc.. Representa a via pela qual a universidade, enquanto coisa pública, pode ser utilizada em função de interesses privados. Incentiva a penetração inexorável das leis de mercado na pesquisa e desenvolvimento da universidade: premia o professor

ou grupo com capacidade executiva, de articulação, de captação de recursos, e não necessariamente o mérito ou aquele que se preocupa com interesses mais gerais e coletivos.

E principalmente este "respiradouro" elude e adia a resolução de um dos problemas essenciais da vida universitária de hoje: porque não são ágeis os departamentos e institutos e faculdades, por que não é ágil a empresa pública? Será por algum pecado original? Certamente que não. Por que não podem os departamentos se articularem superando os recortes artificialmente impostos ao conhecimento-interdisciplinar?

Por que não resolvermos a questão salarial dos professores enquanto ca tegoria profissional e não sô daqueles envolvidos nestes projetos? Por que não criarmos infra-estrutura adequada de pesquisa a nível de departamentos e faculdades e não de grupos isolados?

Prof. Gastão Wagner S. Campos  
F.C.M./UNICAMP

### 9 TESES SOBRE A UNICAMP

- 1) O processo de escolha do próximo reitor da UNICAMP tem lugar em um momento histórico caracterizado por uma rica multiplicidade de situações: a institucionalização da UNICAMP; o estabelecimento e fortalecimento das congregações; a democratização em avanço da gestão universitária e os intentos de lograr que o Conselho Universitário seja o órgão maior das decisões; os diferentes processos internos nas organizações das categorias; a situação emergente das próximas eleições do dia 15; as eleições para governador no ano que vem e a campanha para a Assembléia Nacional Constituinte; as situações internas de organizações maiores como a ANDES, Plenária das Entidades, UNE, UEE; são algumas das situações mais relevantes. Na UNICAMP é um momento caracterizado por uma re-definição do "grau relativo de poder" dos órgãos executivos e legislativos, verificando-se a aquisição de parcelas de poder por parte das Congregações e do Conselho Universitário (instâncias legislativas) das mãos da Reitoria e dos Diretores (instâncias executivas).
- 2) Não tem muito sentido discutir se a universidade deve ou não estar "inserida na comunidade", pois ela já está interrelacionada com o resto da sociedade pelo simples fato de existir. O que sim tem sentido, e deve ser feito, é discutir o como dessa relação, isto é a forma concreta que essa inserção adquire e como isso está vinculado à estrutura social e às forças atuantes neste momento histórico.
- 3) Para que essa relação seja a melhor possível para o conjunto da sociedade (incluída a universidade) é necessário que exista uma política explícita de desenvolvimento global e, como componente indissociável dela, uma política para a cultura, a ciência e a tecnologia balizadas pela idéia de um desenvolvimento econômico-sócio-cultural harmônico que solucione os problemas mais prementes da maioria da sociedade.
- 4) Cabe ao conjunto dos setores sociais, através da multiplicidade das suas organizações (partidos políticos, sindicatos, congressos, entidades científicas e culturais, associações de bairro, poder executivo, etc.) estabelecer essa política de desenvolvimento global e os caminhos a serem transitados. A correlação de forças é que vai determinar a qualidade da mesma.
- 5) É tarefa da universidade contribuir à elaboração teórica e à aplicação dessa política global desde a sua especificidade como uma entidade que seja polo gerador de cultura no seu mais amplo significado, que eduque e forme quadros científico-técnicos do mais alto nível de competência possível e que contribua com as suas pesquisas na geração de conhecimentos e na solução dos problemas mais graves do povo brasileiro.
- 6) Para que a universidade possa realizar corretamente esta tarefa é necessário, além da imprescindível competência, uma gestão democrática em todos os seus níveis aprimorando a representatividade de seus órgãos legislativos e executivos, e fortalecendo os organismos colegiados institucionais (Congregações, Conselho Universitário) como os sítios naturais de debate e de decisão das grandes questões da universidade: orçamento, conteúdo e forma de ensino, linhas de pesquisa, acesso à universidade, formas da relação com a comunidade etc. A questão do orçamento é, sem dúvida, a mais relevante de todas elas e que determina, por isso mesmo, o caráter da universidade como um todo.

- 7) A questão central é a questão do poder, tanto externo para que a universidade dimensione o seu papel na sociedade ("o tamanho do bolo"), quanto interno para que dimensione a sua estrutura ("o repartido do bolo"). O papel das forças políticas e sociais organizadas, em especial as associações das categorias como ADUNICAMP, ASSUC e DCE, é muito importante como expressão diferenciada dos vários projetos para a universidade, além dos órgãos institucionais indicados na tese 6.
- 8) Na atual sucessão do reitor o debate está se prendendo mais na forma da escolha e menos nos objetivos a serem atingidos (isto é, os pontos indicados nas teses 5 e 6). É inegável que forma e conteúdo estão relacionados, mas... forma é forma e conteúdo é conteúdo, e este último é o determinante. Discute-se assim "diretas já", "lista sêxtupla", "voto paritário", "3/5, 1/5, 1/5" etc., colocando em segundo plano duas questões: a de fundo do porque e para que da UNICAMP, e a dos limites reais da autonomia, isto é os constrangimentos da legislação vigente e o legítimo direito dos representantes da sociedade de influir, também eles, nas decisões da universidade.
- 9) O mecanismo mais adequado para a escolha do próximo Reitor é, hoje, a realização de uma consulta à comunidade universitária, a elaboração de uma lista tomando em conta pesos diferenciados para as categorias (3/5 1/5, 1/5), que essa lista seja referendada pelo Conselho Diretor e enviada ao Governador, e que este escolha o primeiro da lista. É claro que nem todos os setores concordam com isto, então analisemos as suas qualidades. No atual momento político seria um retrocesso que a comunidade não expressasse os seus desejos e também um desperdício pois ela conhece bem aos seus integrantes e pode dar boas sugestões (daí a necessidade da consulta), enquanto que a reivindicação "diretas já" é tanto impraticável (não há força política para isso) quanto que incorreta, já que pretender que a universidade "seja dona do seu nariz" nesse grau é ignorar a sociedade que a sustenta e que deve ser servida por ela (o argumento de que "este Conselho Diretor não é representativo", ou mesmo o governo estadual, é, no mínimo, infantil já que não entende o que significa um processo político concreto, isto é real e não ideal). A lista sêxtupla vai dar, assim, idéia de qual é o perfil próprio da UNICAMP.

Na questão dos pesos, propostas como "1/3, 1/3, 1/3", "voto universal" etc. não estão, em geral, tão bem fundamentadas quanto a indicada acima (ver o último Jornal da ADUNICAMP e os resultados da única pesquisa de opinião, realizada pela anterior Diretoria e o Conselho de Representantes), a não ser pelo desejo de "participar", de que "as bases devem decidir", que "definir uma política científica é uma questão política" etc., esquecendo que as decisões na universidade têm sim um componente político mas exigem competência técnica como condição necessária ("em um avião ninguém vota para saber quem vai ser o piloto!"). Isto não é "tecnocratismo" e sim reconhecer a especificidade da universidade (como foi indicada na tese 5) e do papel preponderante, na realidade, dos docentes no trabalho universitário.

A questão é, então, não reduzir o processo à escolha de "um cara legal" por mais "comprometido" que ele esteja com a comunidade, e sim fortalecer os órgãos colegiados e as organizações sociais e políticas dentro de um mecanismo institucional claro, explícito e através de um debate de idéias sobre o que a UNICAMP é e deve ser. (02/novembro/85).

Mário O. Cêncig  
Instituto/Física

Campinas, 10/12/85.

A DIRETORIA

**ensino público e gratuito: direito de todos, dever do estado.**